

“PRINCIPLES OF HUMAN GEOGRAPHY”

Obra de *Ellsworth Huntington* *

Pesa sôbre HUNTINGTON uma injustificável prevenção, mais profissional que profana, promanada, em maior parte, de sua tenaz e viva campanha em prol do fator climatológico, como vigoroso agente direto e indireto, na vida do homem, e, portanto, da civilização. Esta decidida campanha tem sido enpenhada em várias obras e estudos, dedicados exclusivamente ao seu ponto de vista predileto, mas, tem resvalado também, como seria de esperar, para os seus compêndios escolares de geografia — comercial, econômica e humana.

Se não podemos nem devemos ainda concordar por inteiro com a ênfase meteorológica huntingtoniana, no exame do complexo físico-psíquico intrincado a que está jungido o homem em sua existência terrestre, por outro lado, seria erro imperdoável desdenhar as vantagens colhidas das análises mais profundas de tão importante influência mesológica, análises como as tem realizado com agudeza incomum o notável professor americano.

A geografia, ciência sobretudo sintética em seus delineamentos primordiais, sempre aproveitam as visões unilaterais, porque, efetuado nelas o desbaste das conclusões demais generalizadas ou evidentemente forçadas, resta ainda muita observação de valor que escapa a outros estudiosos mais conservadores ou menos entusiastas. Os detratores mais severos de HUNTINGTON lamentam o simplismo de seus manuais escolares, especialmente dos que versam inteira ou acidentalmente a geografia humana. Aqui, a injustiça do conceito ainda é maior, e deflue, antes, de soberbo academicismo. A geografia humana é uma disciplina para cuja estrutura complicada tem que entrar várias ciências altamente especializadas, algumas ainda jovens e portanto em constante remanipulação. O tratado superior para uma disciplina assim completa, será obra ingente e delicada, ainda por muito tempo... e, ainda está por aparecer... Com mais razão pois, o seu compêndio meramente escolar, há que cingir-se forçosamente ao aproximado, ao resumo geral vulnerável, coisa elementar e acessível aos neófitos, inexperientes e desavisados. Não devemos submeter essas primeiras letras da geografia humana a crítica calçadas em critérios demais rigorosos ou mesmo rebuscados, mais teóricos que práticos, craveira que mais se enquadra na apreciação de monografias minuciosas e teses.

Entretanto, não nos aproximamos da quinta edição do conhecido livro de HUNTINGTON, cujo título encima êsse comentário, nem com intransigência negativista, nem com complacência otimista. Examinaremos o manual mais como instrumento didático, e encarando as exigências práticas de estudantes que, a princípio, precisam ganhar noções gerais do condicionamento do homem e de suas atividades às indiscutíveis solicitações do meio geográfico, em o sentido mais amplo dêste.

Antes de mais nada, devemos ressaltar o equívoco em que muitos incidem, atribuindo a HUNTINGTON, nos seus livros de geografia, uma *exclusiva* preocupação de ater-se a, e exaltar, o monismo explicativo de ordem climática. Em numerosos pontos de *Principles of human geography*, HUNTINGTON desfaz peremptoriamente êsse engano. Logo no segundo capítulo, onde o autor oferece um exemplo elementar, concreto e detalhado de geografia humana, em o qual descreve a vida nômade dos *Khirghizes*, do planalto Tien-Chan, na Ásia central, pondera cautelosamente: — “apesar de sua grande importância, como o demonstra a vida dos *Khirghizes*, precisamos pensar na geografia como um dos fatores que influem no caráter humano. Algumas pessoas nascem com muitas habilidades e outras sem nenhuma. Um homem de muita energia e grande inteligência, mesmo em um clima debilitante, longe das vantagens da educação e de outras oportunidades, vale mais do que um homem fraco e estúpido que viva no lugar mais favorecido do mundo... Assim, embora seja muito desejável um bom ambiente geográfico, devemos-nos lembrar constantemente de que êle é somente um dos principais fatores determinantes do progresso de uma nação”.

O capítulo XVI, intitulado “Clima e Vida” — um dos mais expressivos da tese favorita do autor, julgada excessivamente unilateral, conclue, ao contrário, com louvável senso de equilíbrio: — “O clima é apenas um dos fatores que favorecem a civilização. Não se deve esquecer que um clima benfazejo é somente uma das condições que concorrem para o progresso da civilização. O mundo pode ser comparado a uma tela sôbre a qual muitos artistas pintam o quadro da civilização.

* Quinta edição — Editores: John Wiley & Sons, Inc. N. York. 1940. Preço: \$ 3.50.

Um artista, chamado clima, pinta em côres que podem ser harmoniosas em um lugar e desagradavelmente tristonhas ou desbotadas em outros. A raça adiciona outras tintas, às vezes boas, às vezes más; as moléstias e a alimentação ainda outras; a religião adiciona suas próprias tintas especiais, e assim o fazem outras manifestações da cultura humana, incluindo as indústrias, as instituições, o governo, a educação, e outras invenções puramente humanas. Se em uma parte do mundo tôdas as côres forem boas, essa região terá uma grande civilização”.

O último parágrafo de todo o livro coloca o fator clima no lugar que o autor pensa estar melhor no complexo da geografia humana: — “o elemento predominante da geografia humana — o fato de que a qualidade do povo de um país é ainda mais importante do que os recursos naturais. Embora a qualidade do povo sofra a influência de sua herança biológica e de sua instrução, ela é também grandemente moldada pela influência do relêvo, do solo, da água, dos minerais e do clima sôbre as ocupações dos homens, seu modo de vida, alimentação, doenças, saúde e eficiência em geral”.

Agora, dentro da capacidade influenciadora do fator meteorológico, por si, HUNTINGTON distingue, por exemplo, os climas tônicos dos climas depauperantes. São muito conhecidas as suas idéias sôbre as vantagens das variações térmicas de curto tempo, altamente estimulantes — das quais deduz a supremacia civilizadora das chamadas “regiões ciclônicas”, onde o tempo é mais áspero e instável. Aquí, realmente, surge o exagêro huntingtoniano típico. Nem todos concordarão inteiramente, por exemplo, com a argumentação seguinte, ainda que se admita a grande importância dos fatores realçados: — “a perfeição a que um país conduz seu governo, sua educação, sua ciência, sua religião e sua arte, depende grandemente da vitalidade do povo e do grau de civilização. A energia, como acabámos de ver, é influenciada especialmente pelo clima e pela ação do clima sôbre o regime alimentar e o modo de vida. Por isso, clubes de boa orientação, sociedades educativas, associações científicas, organizações filantrópicas e centros musicais são muito mais numerosos num país como a Dinamarca, de clima favorável, do que num país tropical, como o Sião”.

No máximo, poder-se-ia increpar o autor de conferir, por vezes, preeminência ao agente físico clima, por si, e nas suas manifestações indiretas, através de longa e talvez injustificada filiação, como acontece, para citar ilustração eloquente, com a explicação huntingtoniana, de natureza climática, da guerra civil americana.

Principles of human geography, nesta sua quinta edição, muito mais modificada que as anteriores, está dividida em nove amplas partes, e estas, por sua vez, subdivididas em dois, três e mais capítulos.

A primeira parte é introdutória, compondo-se da definição clássica da geografia humana, mais sob o ângulo dos agentes físicos, e de um exemplo ilustrativo, dos menos complexos, das relações apontadas entre o homem e o ambiente, restringido êste aos aspectos essencialmente geográficos, no sentido mais amplo.

A segunda e a terceira partes versam as noções elementares indispensáveis de cosmografia e climatologia. A quarta parte, em edições anteriores constituída por pequeno resumo, consiste agora em três longos capítulos, nos quais: — “todos os países de cada continente são apreciados ligeiramente, de modo que o estudioso relembre os fatos básicos de localização e estrutura geográficas. Ao mesmo tempo, êle é levado a observar que os fatos geográficos não ocorrem acidentalmente, mas seguem leis definidas, o que lhe facilita o acesso ao resto do livro com um conceito muito melhor”.

A quinta parte intitula-se “Fisiografia e Progresso Humano”, da qual, o autor tão mal compreendido, diz, entretanto: — “Esta é da geografia a parte mais interessante, a mais prática, e a mais apta a despertar no estudioso idéias sãs e um esforço mais concentrado. É também o conteúdo mais ou menos incidental ou secundário na maioria dos livros, conquanto seja neste o assunto principal”. Abrange esta parte três capítulos, com larga discussão da influência das montanhas, planícies, oceanos, lagos e rios, sôbre as atividades do homem. Bastaria refletir um pouco sôbre a realidade inelutável de tais influências, aliás das mais elementares embora poderosas, para acabar de uma vez com as prevenções de falso orgulho e puro academicismo contra o justo e inexorável determinismo físico — dêsses preconceitos intelectuais que geram as fórmulas extremas como a de que “o homem é agente ativo e não passivo, mesmo quando recebe as imposições do meio”. Por ora, mais perdoável se nos deparará o excesso huntingtoniano... Talvez dia chegará em que se atingirá o apôtoma equidistante, e, então, lidimamente orgulhoso — “o homem é, a um tempo, agente passivo e ativo dentro da natureza, escravo e criador de ambientes”. Fugir ao reconhecimento da ação

do meio por artes e imposições de um falso espiritualismo, adianta mais à nossa vaidade que à nossa ciência.

Discorre a sexta parte sobre o condicionamento da vida humana ao solo e aos minerais, e como ela se subordina às questões vitais em torno das fontes de energia. Ainda aqui se sente o império da ação do meio, na sua forma mais cruel e amoral — qual insufladora das grandes guerras econômicas de nossos tempos. Repete aqui HUNTINGTON o que todo mundo sabe, mas raramente sobre-eleva como fundamental: — “Em virtude de sua escassez e irregular distribuição, os metais constituem uma das grandes causas das contendas internacionais. Se não houvesse essa coisa que é guerra, e se tôdas as nações tivessem, em todo mundo, a mesma liberdade de comércio, não haveria conflitos. Cada uma poderia então comprar metais onde lhe aproovessem pelo mesmo preço e com facilidades idênticas às de outras nações. No regime atual, há toda a espécie de restrições e limitações”.

Na sétima parte, consagrada às relações entre o homem e o clima, o autor se encontra em suas “sete quintas”, mas, no entanto, é a secção menos desenvolvida, mesmo no tocante à vegetação por influência indireta.

Na oitava parte são consideradas as relações regionais, de conjunto, entre o homem e o meio físico. É a mais longa de tôdas. Nela se descrevem as condições de vida nas florestas equatoriais, cerrados e savanas tropicais, nas zonas mais amenas dos trópicos, onde abundam as possibilidades agrícolas, nos desertos e nos recessos polares, nas regiões mediterrâneas, contrastando-se as costas orientais e ocidentais das faixas subtropicais e temperadas. Nela se discutem a irrigação como agente civilizador, e o trabalho do homem nas faixas das perturbações ciclônicas. Em dois capítulos finais dessa importante parte do livro, e dos mais curiosos de toda a obra, HUNTINGTON trata das mutações do ambiente físico, quer as espontâneas, quer as originadas da intervenção do homem — boas e más. Distingue as constantes das variáveis geográficas, dando alguns exemplos das últimas, como: — migrações de insetos e pragas, de plantas e moléstias; a precariedade piscatória em longos prazos, com altas e baixas por vêzes cíclicas; intempéries meteorológicas e desastres climáticos.

Entre estes últimos está o caso interessante do êxodo dos irlandeses, em grande parte promovido pelo excesso de chuvas em meados do século passado. Merece transcrição aqui o que diz o autor a respeito desse fato singular, e onde mais uma vez encontramos em HUNTINGTON (o parágrafo grifado) aquilo que tantos lh'o negam: — “A Irlanda foi a região européia mais atingida pela emigração rumo a América, em virtude do que a população desse país ficou reduzida à metade. No censo de 1841 havia 8.200.000 habitantes e em 1911 somente 4.400.000. Como em muitos outros casos, a emigração da Irlanda é devida a uma causa constante, ao alcance do controle do homem, e a uma causa geográfica variável, que escapa a êsse controle. As condições sociais desfavoráveis representam a causa constante. Por exemplo, as terras ainda há pouco tempo pertenciam, na maior parte, a alguns donos ausentes, que não visitavam com frequência as suas propriedades e que pouco se importavam com os pobres rendeiros, uma vez pago o aluguel. A causa variável é a pluviosidade irregular que resulta na irregular colheita de batatas, durante muito tempo o principal recurso agrícola da Irlanda, antes de atingirem os laticínios a sua importância atual. Até cerca de 1845 a Irlanda se beneficiou de um período relativamente seco, caracterizado por magníficas colheitas. A população aumentou a ponto de atingir naquele ano a um máximo de 8.300.000. Veio então uma série de anos úmidos trazendo à cultura da batata uma espécie de praga tão maligna, que por pouco não arrasou a colheita. Em consequência, morreram de fome e de febre 200.000 a 300.000 pessoas. Só de uma vez o Governo Inglês deu trabalho a mais de 700.000 indivíduos, mas isso não foi suficiente. Distribuíram-se então alimentos em quantidades enormes, e mais de 3 milhões de pessoas receberam rações. Entretanto, surgiu tão grande descontentamento que provocou uma tentativa de rebelião em 1848. Uma intensa emigração para a América, iniciada em 1846, foi talvez a consequência mais importante do excesso de chuva. Em cinco anos a população diminuiu para 6.000.000 — uma perda de 20 por cento. Durante o período seguinte, de secas favoráveis, a média da emigração decresceu rapidamente. Todavia, entre 1880 e 1890 outro período úmido prolongado com colheitas pobres, piorou ainda mais as condições sociais já precárias, dirigindo-se o povo outra vez em levadas para a

América. Se o clima da Irlanda tivesse sido menos variável, o importante elemento irlandês nos Estados Unidos ainda se encontraria aqui, em virtude da constante emigração provocada pelas condições sociais e econômicas, mas seria presumivelmente, em número muito menor do que atualmente é”.

As variações climáticas de periodicidade aparente mais marcada, mereceram capítulo especial, porém, ao nosso ver, demasiado breve para tal autor e em face da documentação muito mais ampla, disponível.

A última parte da Geografia Humana de HUNTINGTON se ocupa dos elementos de geopolítica em seus aspectos mais simples. Compõe-se esta parte de três capítulos. No primeiro, se alinham as vantagens e as desvantagens dos países de pequena e grande extensão. Sobre o Brasil, o autor, visivelmente, teve ao seu dispor escassas e antiquadas informações. Notamos em outros pontos do seu livro a mesma pobreza de dados sobre o nosso País. Neste capítulo, por este motivo, há evidente hipérbole e flagrante desacerto apreciativo nos seguintes parágrafos referentes ao Brasil: — “É um problema político extremamente difícil utilizar estes vastos espaços inexplorados em proveito do tipo de civilização completamente diferente, encontrada ao longo da costa e no planalto oriental, do Cabo de São Roque para o sul. Surgiriam complicações para reconciliar a predominante colonização portuguesa do país, que se estende do Rio de Janeiro para o norte, com as zonas predominantes italiana, espanhola e alemã, que se estendem de São Paulo para o sul. Por vezes os paulistas, como são chamados os do sul, estiveram dispostos à revolta, queixando-se de que o grupo do Rio de Janeiro não os tratava de modo razoável”. Não há senão sorrir...

O segundo capítulo trata das relações políticas da topografia, do poder naval, decorrente da distribuição dos mares, e das fronteiras. O terceiro e último capítulo desta parte final do livro versa as relações internacionais, e como sempre, de maneira elementar — despida dos requintes interpretativos da geopolítica moderna de várias escolas. Nesse assunto mais delicado o autor revela proibida imparcialidade, e transmite pontos de vista de uma generalidade superior, por assim dizer extra-terrestre, hoje raros entre observadores os mais insuspeitos, a maior parte infetada de partidarismo universal, intransigente e apaixonado. Vale a pena estendermos aqui o comentário, dada a enorme relevância do assunto, e a inquestionável competência da geografia humana para o explicar devidamente.

Vejamos primeiro como HUNTINGTON destaca os fatores de controle das relações internacionais: — “As relações internacionais dependem, em grande parte, da maneira como procura cada país atingir os seguintes objetivos: (1) encontrar mercados para os seus produtos; (2) comprar mercadorias que não produz; (3) dispor de áreas para o seu excesso de população; (4) proporcionar aos seus súditos oportunidades para empregar capitais ou então para viver fora do país sem perda da própria cidadania; (5) proteger ou ajudar, em outros países, pessoas da mesma raça, língua, religião e cultura; (6) defender-se contra agressão; (7) estabelecer relações culturais por meio de viagens e intercâmbio. Com vista nesses objetivos, os países fortes tendem a expandir as suas esferas de influência. Às vezes, essa expansão é comercial; outras consiste em mandar colonos para regiões sob diferente regime de dependência política; e ainda outras vezes se traduz na ocupação de novos territórios. Frequentemente os três processos andam juntos... O atrito que esses processos de expansão podem determinar, em relação a outros países, depende muito das condições geográficas. Se uma nação possui amplos territórios inaproveitados, procurará intervir menos em outros países, como no caso dos Estados Unidos, Canadá e Argentina. Se pode tomar posse de novos territórios de além-mar, tão depressa tenha necessidade, contentar-se-á em deixar em paz seu vizinho. Esta era a situação da Grã-Bretanha durante o século dezanove. Se um país não pode expandir-se, por estar enclausurado pelos limites fronteiriços, não havendo além mar territórios atrasados para ocupar, como no caso da Alemanha, provavelmente provocará conflitos”. Isto é exatamente o que diria um observador postado em Sírius.

Descrevendo as etapas do desenvolvimento nacional de algumas potências, afirma, sem *ambages*: — “Quando um país adolescente foi bem sucedido em seus propósitos, ou pelo menos chegou a atingir os seus objetivos da maneira mais razoável possível, acomoda-se na maturidade. Na adolescência dos Estados Unidos, compramos a Louisiana e o Alaska, brigamos com a Inglaterra por causa do

Oregon e de Washington, tomámos ao México imensos pedaços de terra, anexámos o Havai e acabamos por tomar várias ilhas da Espanha” — (o caso do Panamá vem citado adiante, neste mesmo comentário). — “Agora, no entanto, estamos bem satisfeitos com os nossos limites. Estamos até dispostos a desistir de algumas possessões, como as Filipinas. A Grã-Bretanha do mesmo modo completou o seu desenvolvimento. Seu vasto império contém os mais variados recursos, que lhe são úteis enquanto for senhora dos mares. A França, a Bélgica e os Países Baixos atingiram igualmente a maturidade, satisfeitos e desejosos de conservar as coisas como estão... Suas atitudes são totalmente diferentes das de países como a Alemanha, a Itália, o Japão e a Rússia, todos na fase de adolescência ao estourar a segunda Guerra Mundial em 1939”.

Traçada a etiologia do imenso Império Britânico sob o ângulo geopolítico, ousa o autor a seguinte conclusão: — “Contudo muitas pessoas criteriosas duvidam de que a posse de tôdas essas colônias tenha realmente aumentado a prosperidade e a felicidade da Grã-Bretanha. Eles apontam a Escandinávia e a Suíça como países nos quais as possessões de além mar pouca ou nada influíram, mas que rivalizam com a Grã-Bretanha em conforto geral, sem terem sofrido o flagelo das guerras”.

Voltando à expansão dos Estados Unidos, dentro da mesma ordem de idéias confessa desassombradamente: — “Tomámos o Panamá da Colômbia, porque queríamos empregar a nossa força para levar avante o grande empreendimento internacional do canal”.

Como o autor reconhece, honradamente, morar em casa de vidro, prefere não atirar pedras no caso do Japão, explicando que: — “É difícil para os ocidentais julgar razoavelmente o Japão, e é fácil criticá-lo por quebrar tratados e oprimir os chineses. Todavia sem concordar com êsses atos, pode-se acentuar que o procedimento do Japão está em harmonia com o ambiente geográfico. A expansão do Japão é curiosamente idêntica à da Inglaterra e à dos Estados Unidos, exceção de que ela já veio tarde, quando já se haviam elevado os padrões de conduta internacional”.

A respeito da expansão germânica o pensamento do autor é mais confuso, porque em parte adota a opinião generalizada, hostil à Alemanha política, opinião essa que mal se enquadra nos fundamentos de sua própria doutrina físico-determinista. Por exemplo, diz HUNTINGTON logo ao início de sua exposição da matéria: — “A posição da Alemanha em relação aos seus vizinhos mais fracos é diferente de qualquer outro país. Em primeiro lugar, ela andava tão preocupada com a unificação dos seus próprios Estados, que só depois de 1870 é que pôde voltar suas vistas para o exterior. Depois, pouco a pouco tendeu a construir um império fora do seu próprio território. Assim como o ideal da Inglaterra foi a formação de um grande império de domínios autônomos e o dos Estados Unidos a dilatação das suas fronteiras, assim também o ideal da Alemanha era que o seu tipo especial de cultura dominasse o mundo em terra e no mar. Outra diferença entre a Alemanha e as demais grandes potências decorre do fato de ser ela o único país que não teve uma verdadeira oportunidade de expandir-se para territórios adjacentes ou situados além dos mares vizinhos”.

Ora, o autor não pode acreditar na formação de impérios e na expansão de grandes potências, *pela força de ideais*. Isto é diametralmente oposto à sua doutrina geopolítica. Os móveis imperialistas são de natureza puramente material, e assim é para tôdas as nações. As preocupações culturais são posteriores, e mesmo estas, visam a *conservação* do adquirido ou conquistado, dentro da sabedoria política de cada nação imperialista. A única potência que faz exceção a essa regra é a Rússia, aliás operando com os *dois* processos.

O autor confunde, como tantos outros, as ocupações estratégicas, no decurso de longas guerras, com as conquistas esporádicas, *definitivas, manu militari* ou não, das grandes potências, em tempos normais. E, quando em virtude de semelhante equívoco, somente tolerado por propaganda, em plena pugna, quando permitidos são todos os golpes proibidos, assevera HUNTINGTON: — “Se a Alemanha tivesse conseguido êsse resultado por meio da pacífica penetração comercial, o mundo não teria levantado maiores objeções do que as levantadas contra a expansão de todos os países fortes”, — o autor vai de encontro às suas próprias ponderações anteriores, pelas quais, cingindo-se à verdade histórica, se

evidencia em tão grande monta a apropriação de terras e povos pela força bruta, quer dos atuais gregos e troianos, e não a ocasional "penetração comercial pacífica", aqui invocada. E, pelo mesmo equívoco, o autor escamoteia a importante contingência, por êle mesmo assinalada, que amargura os imperialistas retardatários, pela qual, a expansão, já fora da moda, encontra resistência duplicada — a das vítimas, e a dos servidos. Contudo, mercê dessas verdades, embora desagradáveis, HUNTINGTON se vê obrigado a conceder neste mesmo capítulo — "as injustiças do tratado de Versailles e a liderança de HITLER despertaram na Alemanha o espírito de revolta contra as condições existentes e o desejo de expansão nacional. Desta vez, mais definitivamente do que antes, o esforço foi dirigido segundo linhas estritamente geográficas".

.....

O compêndio de HUNTINGTON está fartamente ilustrado, incluindo alguns dos famosos diagramas sugestivos que, certos autores hostis ao grande geógrafo, dizem constituir a melhor parte de toda a sua obra... No fim do alentado volume de 564 páginas se encontram sete mapas de todos os continentes, onde figuram as linhas férreas existentes. O do Brasil, na folha da América do Sul, está incompleto. Segue-se a esta série, um mapa mundial com a distribuição geral dos principais tipos de solo. Em um outro mapa do mundo, são representadas o que o autor denomina "regiões naturais", baseadas no clima, solo e serventia das terras. Estes dois mapas interessantes, embora de caráter muito geral, são acompanhados de texto explicativo.

A bibliografia é opulenta, porém, em a maior parte, americana. Figuram nela apenas um ou outro clássico estrangeiro, como obras de VIDAL DE LA BLACHE, BRUNHES e DE MARTONNE. Os volumes estatísticos compreendidos são dos mais acatados, com os quais, estamos certos, o Brasil poderia ter recebido tratamento mais atualizado.

Como livro escolar, sem nenhuma pretensão acadêmica ou erudita, *Principles of Human Geography*, em sua quinta edição, com mais de metade de seu texto completamente refundido, é um trabalho de alto valor. Servirá muito bem, igualmente, para o intelectual até aqui desatento às questões basilares de geografia humana.

Um bom livro, especialmente, porém, para as partes do mundo mais em evidência internacional, e aquelas regiões visitadas pelo autor e seus antigos colaboradores. Para o Brasil, devemos continuar com a excelente geografia humana de DELGADO DE CARVALHO, ainda um ótimo livrinho, aliás, não só para o que é nosso.

S. F.